

A atuação feminina em grupos armados argentinos: lutas e adequações em espaços masculinizados

Amanda Monteiro Diniz Carneiro¹

Introdução

Em fins dos anos de 1960 o contexto argentino era de intensa agitação política e social, basta lembrarmos o radicalismo da ditadura de 1966, o retorno de Perón do exílio em 1973 e a ditadura civil-militar de 1976. No entanto, é importante ressaltar que essa intensa agitação teve origens bem anteriores, desde de meados da década de 1950 com o golpe de estado conhecido como “Revolução Libertadora” (nome dado pelos próprios militares envolvidos), Perón foi deposto do poder e todas as formas de repressão se fizeram presentes. No entanto, além das influências específicas do contexto da Argentina, influxos externos também moldaram a identidade do país. Partindo desse princípio, podemos destacar como influência externa a urgência revolucionária trazida pela Revolução Cubana, principalmente no que se refere à luta armada. Dessa maneira, podemos entender um pouco do contexto de formação de grupos armados na Argentina em fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970.

A partir de consultas a materiais bibliográficos, pode-se perceber que nas décadas de 1960 e 1970 muitas mulheres jovens estavam envolvidas na luta política e em muitos dos grupos de esquerda existentes no momento. Dessa maneira, levando em consideração o contexto de formação dos grupos armados e a grande inserção de mulheres neles, principalmente a partir da década de 1970, buscamos entender suas atuações e participações em espaços “masculinizados” e “reservados aos homens”.

Para alcançar os objetivos propostos organizamos o artigo em duas partes ou subtítulos. Na primeira, abordamos o contexto político da época e os elementos que influenciaram e propiciaram a formação de grupos armados na Argentina. Na segunda, apresentamos as várias formas de atuação feminina simultaneamente aos impactos de uma sociedade ligada a questões de cunho machista.

As influências da Revolução Cubana e o contexto argentino: a formação de grupos armados na Argentina a partir da década de 1970

A Revolução Cubana ocorreu em 1959, em reação à ditadura de Fulgêncio Batista (1901-1973). O governo de Batista representava todas as formas de exploração social, tendo sido alicerçado pelo imperialismo dos Estados Unidos, que estimulava a corrupção e a desigualdade social. Segundo Reis (2011), Cuba vivia sob forte dependência política e econômica dos Estados Unidos. Economicamente, foi montada uma estrutura rigorosamente voltada para o mercado estadunidense. São exemplos dessa dependência econômica, as grandes empresas de proprietários americanos, muitas delas com o monopólio da produção açucareira, principal produto de exportação vendido para o mercado norte-americano praticamente com exclusividade e a preços vantajosos e preferenciais.

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0197484180756912>

A partir desse contexto, pode-se pensar as bases que deram sustentação à oposição ditatorial, que logo culminou na Revolução Cubana. Para Reis (2011), o grupo revolucionário inicial, com liderança de Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara, tinha como princípios básicos o fim do imperialismo, a liberdade e a autonomia da nação. O grupo era constituído por muitos jovens e pessoas diretamente afetadas pela situação precária em que se encontrava o país. Levando em consideração esse contexto de ditadura e de grande influência exercida pelos Estados Unidos em Cuba, os revolucionários viram na luta armada e na guerra de guerrilhas os únicos caminhos possíveis para se fazer a revolução e alcançar o poder.

O momento vivido em toda a América Latina não era muito diferente daquele de Cuba, uma vez que, nesse período (década de 1950 até 1970), se estabelece uma forte competição internacional por mercados. Os países da América Latina, por conseguinte, haviam construído mercados nacionalistas e, a partir de então, começam a sofrer pressões para a abertura de mercado, prejudicando a continuidade do desenvolvimento nacional e ficando, assim, cada vez mais dependentes do mercado internacional. (AYERBE, 2004). Essa situação vai ao encontro do contexto cubano, uma vez que seu mercado, como vimos anteriormente, está totalmente influenciado pelo sistema internacional.

Dessa forma, a Revolução Cubana de 1959 se torna uma referência de luta para toda a América Latina, um exemplo de rompimento com o imperialismo e o estabelecimento da liberdade nacional.

Na Argentina, as ideias de revolução, de violência justa, de guerrilhas urbanas e rurais, de transformação política, bem como o anti-imperialismo foram de fundamental importância para a formação dos novos grupos de esquerda radicalizados. (ADAMOVSKY, 2012). Além disso, o cenário argentino descrito por Adamovsky (2012) como de desigualdade social, exploração nacional por parte das empresas internacionais e injustiças sociais, sofridas principalmente pelos setores pauperizados, também contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de tais grupos. Os jovens que formavam a nova esquerda² acreditavam que a única saída para a Argentina seria através da luta armada. (ARAÚJO, 2008).

A partir dos anos 1960, muitos foram os grupos radicalizados de esquerda que se formaram, vários deles provenientes do peronismo, mais especificamente da esquerda peronista³. Entre esses grupos estavam Montoneros, Juventude Peronista (JP), Forças Armadas Peronistas (FAP), Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e outros. No entanto, como afirma Adamovsky (2012), é nos fins da década de 1960 que a formação desses grupos se intensifica. Segundo o autor, “As coisas, no entanto, mudaram rapidamente a partir do fim

²De acordo com Araújo (2008), a nova esquerda era constituída em sua maioria, por jovens que se organizaram em grupos críticos aos partidos socialistas e comunistas. A construção da nova esquerda se baseava em novas práticas e novos valores em que o fundamental era a ação direta sem intermediários, o pragmatismo e o confronto.

³O peronismo englobava uma direita e uma esquerda com diferentes ideais. A direita peronista era constituída pela corrente sindical-burocrata e por grupos empresariais que se beneficiavam com a política protecionista e antiliberal estabelecida pelos governos de Perón (1946-1955, 1973-1974). Além desses, a direita era constituída também por organizações paramilitares que incitavam o terror em nome de uma bandeira peronista. Já a esquerda peronista era composta, em sua maioria, por jovens que acreditavam que a luta dos trabalhadores seria o alicerce principal para a luta - inspirada na revolução e não na democracia - contra o imperialismo e o fim do capitalismo. Era caracterizada como um grupo que se sustentava na figura de Perón, mesmo que esse não compartilhasse da sua posição ideológica. Dessa maneira, a esquerda utilizava-se dos discursos peronistas a fim de alcançar o apoio das classes trabalhadoras para se legitimarem enquanto movimento social ou partidário. (ROCHA, 2011).

dos anos sessenta, sobretudo devido ao impacto do *Cordobazo*." (ADAMOVSKY, 2012, p. 259, tradução nossa).⁴ Assim, de acordo com Adamovsky, nos fins da década de 1960 havia se formado mais de quinze organizações guerrilheiras que propunham como método a luta armada.

Sobre a experiência e escolha pela opção da luta armada como melhor método de luta no momento, explica Araújo,

No caso da Argentina, a experiência da luta armada foi, digamos assim, “entre dois golpes” – posterior à ditadura de Onganía, mas anterior ao golpe de 1976. Mas, sem dúvida, a instauração de regimes militares arbitrários, violentos e repressivos fez recrudescer a opção pela luta armada e pela guerrilha na região latino-americana. (ARAÚJO, 2008, p. 252).

Em virtude de todo esse cenário repressivo e das influências externas a que nos referimos anteriormente, a luta armada foi eleita como a via possível para trazer justiça, dignidade e autonomia para o povo argentino. (ADAMOVSKY, 2012; ARAÚJO, 2008).

Lutas e adequações femininas em espaços masculinizados

A partir da década de 1960 as relações entre homens e mulheres e os papéis sociais estabelecidos para cada um deles começaram a serem questionados pela geração mais jovem: a “moral tradicional” foi criticada em todas as suas formas. Assuntos como igualdade de gênero, subordinação das mulheres ao poder masculino, repressão sexual feminina e todas as formas de discriminação da mulher estavam na ordem do dia. Os referidos questionamentos estavam inseridos no contexto de deflagração da Segunda Onda Feminista,⁵ que se desenvolveu nos países da América Latina, aproximadamente no início da década de 1970. Não que essas discussões se iniciassem apenas nesse momento, mas se sustentaram nessa base, que condicionou a radicalização de muitas premissas.

Entretanto, os grupos de esquerda da década de 1970, também reproduziam normas sociais conservadoras. Essa reprodução, em muitos momentos, não acontecia de forma explícita, mas estava presente em vários momentos no interior dessas organizações. A questão dos filhos de militantes, por exemplo, pode ilustrar a reprodução de espaços de dominação. Na maior parte dos relatos de militantes em que o pai e a mãe militavam, o cuidado dos filhos era atribuição apenas das mães. Abaixo, segue o relato da militante Alicia, que aborda o referido assunto.

“Nós vivíamos em casas operativas e mesmo que os companheiros tentassem ajudar ou dissessem que ajudavam, sempre o serviço da casa ficava para a mulher... a cozinha, a limpeza, o cuidado com as crianças... éramos nós as que estávamos carregando as crianças para todos os lados.” (GÓMEZ, 2011, p. 28.)⁶

⁴ Las cosas, sin embargo, cambiaron rápidamente a partir de fines de los sesenta, sobre todo gracias al impacto del Cordobazo.

⁵ De acordo com Pedro (2010), a Primeira Onda Feminista esteve centrada principalmente na reivindicação de direitos políticos, como o de votar e ser eleita. A Segunda Onda surgiu, por sua vez, após a Segunda Guerra Mundial e tinha como prioridade as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Uma das palavras de ordem era: “o privado é político”.

⁶ As militantes entrevistadas são apresentadas apenas por seu primeiro nome.

Como podemos observar, os espaços domésticos continuavam sendo reservados às mulheres. Dessa forma, se quisessem militar, tinham que conseguir conciliar os dois planos: o doméstico e o político. Cristina relata a experiência de uma amiga que tinha que conciliar esses espaços.

“Uma vez senti a reclamação de uma companheira. Ela tinha... tinha dois filhinhos. Ela e o parceiro... ele era o responsável pela regional. Então... ela também era militante e militante dirigente, dirigente importante. Mas chegam na casa e tinha acabado o gás. Quem é o responsável de comprar o gás? O homem ou a mulher? Sabia que não podia levar esse tipo de problema para o companheiro.” (CRISTINA *apud* GARRIDO; SCHWARTZ⁷, 2005, p. 18, tradução nossa).⁸

Por outro lado, podemos notar também a reprodução do machismo pela própria mulher, quando reconhece que não podia levar problemas de cunho doméstico ao marido. Dessa maneira, legitima o domínio masculino, na medida que assume as demandas domésticas como uma obrigação exclusivamente feminina, sem fazer qualquer tipo de questionamento. Nesse sentido, o responsável pelo problema do gás não é pensado a partir de uma lógica de disponibilidade dos dois sujeitos responsáveis pela casa, mas pela condição feminina estabelecida socialmente, independentemente de qualquer outro fator. Nessa lógica, de acordo com Bourdieu (2002), as próprias mulheres podem contribuir para a reprodução da dominação masculina, tendo em vista a incorporação e legitimação feminina ao domínio masculino estabelecido como “regra” social.

Outro aspecto de reprodução da lógica social no interior dos grupos de esquerda, se refere ao cuidado dispensado às mulheres. Abaixo, um militante do PRT-ERP relata sobre o assunto.

Além disso, quando estava se fazendo algo em conjunto, aí é onde talvez se perceba o machismo. Por exemplo, quando você vai a uma ação e você talvez não pega na mão do companheiro, pega na mão da companheira, porque talvez você acredita que fisicamente não pode correr como você corre. Então aí é onde você vê um pouquinho de fraqueza, viu, entendeu? Eu acho que talvez aí as companheiras, você pegava na mão e dizia “tudo bem, vamos.” (Varón, PRT-ERP *apud* PASQUALI⁹, 2008, p. 62-63, tradução nossa).¹⁰

Nesse sentido, pode-se perceber que a condição feminina por si só, independente da atuação, expressava debilidade aos olhos de muitos militantes homens. Por essa razão, muitas

⁷ As referidas autoras não apresentam qual foi o modo escolhido para nomear as militantes entrevistadas.

⁸ Una vez sentí la queja de una compañera. Ella tenía... tenía dos hijitos. Ella y la pareja... él era el responsable de la regional. Entonces... ella también era militante y militante dirigente, dirigente importante. Pero llegan a la casa y no tenían gas. ¿Quién es el responsable de comprar gas? ¿El varón o la mujer?... Sabía que no podía llevarle al compañero ese nivel de problemática.

⁹ A referida autora não nomeia os(as) militantes entrevistados(as). Utiliza as palavras varão e mulher para identificá-los(as).

¹⁰ Aparte cuando se estaba haciendo algo en conjunto, ahí es dónde se ve por ahí el machismo, por ejemplo cuando vos vas a una acción y vos a lo mejor no lo agarrás de la mano al compañero, la agarrás de la mano a la compañera, porque a lo mejor vos creés que físicamente no puede correr como corrés vos. Entonces ahí es dónde vos ves un poquito de debilidad, viste, ¿entendés? Yo creo que por ahí las compañeras, vos la agarrabas de la mano y decías “bueno, vamos.”

mulheres, para serem respeitadas e aceitas de forma igualitária em relação aos homens, se masculinizavam. De acordo com Belej, Huerta, Martin e Silveira (2005), a “masculinização” foi a única alternativa encontrada por essas mulheres para alcançar níveis de igualdade em relação aos homens, tendo em vista que naquele momento as discussões de gênero não eram tratadas em grupos de esquerda. Essas discussões eram vistas como práticas burguesas e antirrevolucionárias. Para Destuet e Valle (2005), as reivindicações dos grupos estavam relacionadas com o social; outras questões, como a discussão de gênero, por exemplo, eram secundárias. Segundo as referidas autoras, as próprias mulheres demoraram muitos anos para perceber que as problemáticas de gênero estavam diretamente envolvidas em seus contextos de atuação.

Por outro lado, a “condição social feminina” foi explorada com o objetivo de angariar benefícios aos grupos de esquerda. Para Noguera (2013, p. 19, tradução nossa)¹¹, “A utilização de estereótipos genéricos tradicionais, como a mãe, a puta ou a namorada, foi explorada pelas organizações para não levantar suspeitas à hora de checar objetivos, gerar distração ou facilitar o acesso a lugares e pessoas.” Dessa maneira, a “condição social feminina” era tão “cristalizada” naquele momento que se tornou uma estratégia de atuação para alguns grupos. Uma militante citada por Noguera (2013) relata que se uma mulher levasse uma arma debaixo da manta de um bebê, ninguém desconfiaria de tal situação.

Outro artifício em que a “condição feminina” foi explorada como estratégia foi relatado pela militante do PRT-ERP Elena, citada por Diana¹², como segue abaixo:

“[...] Tomei um ônibus com meu bebê e uma bolsa cheia de armas e material. Fiquei presa em um pino e pararam o ônibus. Quando chegou a minha vez, eu, que não tinha documentos, pedi ao policial que esperasse um momentinho porque não os achava na bolsa. Eu enfiava a mão e simulava procurá-los, mas quando mexia na bolsa escutava-se o barulho dos ferros que levava. No fim, pedi-lhe desculpas e disse que não os achava, e entre a carinha de circunstância, o neném que chorava e o sorriso, não sei, tudo ficou por isso mesmo”. (ELENA *apud* DIANA, 1998, p. 165, tradução nossa).¹³

A respeito desse tipo de situação, vários relatos foram encontrados: muitas mulheres conseguiram sair de ocasiões difíceis utilizando a “condição feminina”.

O tema dos espaços masculinizados é problematizado em vários relatos de militantes de grupos armados. Uma militante do grupo Partido Revolucionario de los Trabajadores/ Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP)¹⁴ fala das dificuldades encontradas pelas

¹¹ La utilización de estereotipos genéricos tradicionales, como la madre, la puta o la novia, fue explotado por las organizaciones para no levantar sospechas a la hora de chequear objetivos, generar distracción o facilitar el acceso a lugares y personas.

¹² Os nomes das militantes entrevistadas por Marta Diana não são reais nem “nomes de guerra”, são inventados. As exceções são: Teresa Meschiatti, Liliana Callizo, Nélide Augier e Graciela Daleo.

¹³ Me subí a un colectivo con mi bebé y un bolso lleno de armas e material. Me agarra una pinza y paran el colectivo. Cuandome toca a mí, que no tenía documentos, le pido al policía que esperara un momentito porque no los encontraba en el bolso. Yo metía la mano y simulaba buscarlos, pero al revolver el bolso se escuchaba el ruido del fierrierío que llevaba. Al final le pedí disculpas y le dije que no los encontraba, y entre carita de circunstancias, y nene que lloraba, y sonrisa, no sé ahí quedo.

¹⁴ O PRT-ERP, se formou através da fusão de dois grupos: FRIP (Frente Revolucionario Indoamericano Popular), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino e ParabraObrera, organização trotskista com atuação entre estudantes universitários

mulheres para atuar como um militante “normal” no grupo, independente da condição feminina.

“[...] nós mulheres temos alguns problemas para poder ocupar cargos, somos discriminadas em alguns aspectos, temos muitos problemas para poder avançar em certas carreiras, inclusive, dentro das organizações tínhamos problemas para avançar. Nós, as companheiras, éramos descartadas de algumas tarefas, sempre havia um jeito de dizer.... Eu sempre dizia aos homens que eles tinham o discurso: “Sim, as companheiras mulheres que se integram à luta, tudo bem, mas a minha não, que me acompanhe *ma non tropo*.” (PASQUALI,¹⁵ 2005, p. 131, tradução nossa).¹⁶

Como podemos observar, esses espaços eram bem marcados por posicionamentos hierarquizados em relação ao gênero. Independentemente de qualquer motivo, a atuação, só por ser feminina, já era considerada inferior. Assim, em muitos casos, o fato de as mulheres não ocuparem cargos importantes não era consequência de sua atuação, mas de uma “concepção machista” de dominação reproduzida socialmente e no interior dos grupos. De acordo com Ramona, militante do PRT-ERP, “Havia companheiras muito capacitadas que se arriscavam com as armas; no entanto, não chegavam aos altos cargos.” (RAMONA *apud* DIANA, 1997, p. 85, tradução nossa).¹⁷ Outros relatos apresentados por Diana mostram ex-chefes de distintas organizações reconhecendo a pouca inserção das mulheres em âmbitos militares e defendendo a ideia de que muitas mulheres foram tão boas quanto os homens.

Outra militante do PRT-ERP relatou para Diana a situação do machismo nos grupos de esquerda e a vontade, por parte de militantes mulheres, de erradicá-lo. Ela afirma:

“Não nego que nas organizações tenha havido machismo. Erradicá-lo foi justamente a tarefa que tentamos dentro do novo estilo de relações que propúnhamos entre um homem e uma mulher novos. Existia uma vontade expressa de considerar a mulher igual. O que acontece é que há uma questão com os filhos que é um tema muito difícil de resolver, e que também nós não fizemos. Dada a relação entre o filho e a mãe, parece que por lei e direito corresponde a ela quase tudo, e é o que acontecia geralmente.” (LILIANA CALLIZO *apud* DIANA, 1997, p. 115, tradução nossa).¹⁸

e trabalhadores industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. Dessa maneira em 1965 ocorreu a fusão dos referidos grupos e a formação do PRT. No entanto, PRT-ERP se consolidou apenas em 1970, a partir de “rachas” causados dentro da organização, principalmente por causa da questão militar (adesão ou não da luta armada). Assim, em 1970, no V Congresso do PRT, foi fundado o ERP (com a adesão da luta armada) e assim se originou o PRT-ERP.

¹⁵ A referida autora não nomeia os(as) militantes entrevistados(as). Faz as identificações utilizando a palavra militante acompanhada dos artigos “o” e “a”.

¹⁶ [...] las mujeres tenemos algunos problemas para poder ocupar cargos, somos discriminadas en algunos aspectos, tenemos muchos problemas para poder avanzar en ciertas carreras, incluso dentro de las organizaciones teníamos problemas para avanzar. Siempre las compañeras éramos relevadas de algunas tareas, siempre estaba la onda de decir... Yo siempre le decía a los varones que ellos tenían un discurso “Si, las compañera mujeres, que se integran a la lucha, todo bien, pero la mía no, que me acompañe *ma non tropo*.”

¹⁷ Había compañeras muy capacitadas que se jugaban con las armas; sin embargo no llegaban a los puestos altos.

¹⁸ No niego que en las organizaciones haya habido machismo. Erradicarlo fue justamente la tarea que intentamos dentro del nuevo estilo de relaciones que planteamos entre un hombre y una mujer nuevos. Existía una voluntad expresa de considerar igual a la mujer. Lo que pasa es que hay una cuestión con los hijos que es un tema muy difícil de resolver, y tampoco nosotros

Dessa maneira, como podemos notar, as mulheres tiveram que se adaptar das mais diversas formas aos espaços masculinizados presentes na sociedade e nos grupos armados. Só assim garantiam suas participações.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, mesmo com todas as formas de hierarquização de gênero presentes no interior dos grupos de esquerda da década de 1970, foram significativas as mudanças sociais, principalmente no que diz respeito aos espaços destinados às mulheres naquela sociedade. Para Noguera,

“Tanto no ERP quanto em Montoneros podemos reconhecer uma ativa participação das mulheres que, no contexto da militância, quebraram os papéis tradicionais que as relegavam ao âmbito doméstico, para participar conscientemente na vida pública e política.” (NOGUERA, 2013, p. 22, tradução nossa).¹⁹

Destarte, é necessário termos em mente que se a atuação das mulheres foi, em alguns momentos, limitada, isso se deve principalmente à exploração e repressão desses sujeitos por sua “condição social”, não por falhas ou falta de capacidade individual. Ademais, levando em consideração as condições estabelecidas socialmente, esses sujeitos conseguiram ganhos significativos e contribuíram intensamente na luta por melhores condições.

Considerações Finais

Através dos testemunhos de militantes de grupos armados argentinos, pudemos perceber que as mulheres atuaram em vários momentos da mesma forma que os homens, mostrando suas capacidades em diversas frentes, mesmo com as inúmeras formas de desigualdade de gênero.

No entanto, isso não aparece de forma clara na historiografia. As mulheres, os negros, além de outras “minorias”, foram ocultadas de vários processos de construção histórica. Segundo Pedro e Soihet (2007), alguns autores acreditavam que, ao falar dos homens, as mulheres também eram contempladas.

Partindo do presente artigo e da bibliografia consultada, podemos considerar que esse tipo de afirmação se torna um problema, pois excluímos dos processos históricos sujeitos que atuaram significativamente e que contribuíram para chegar aonde estamos hoje. Assim, reduzimos também a capacidade de compreensão da história como um todo, uma vez que é através da interação dos diferentes sujeitos que constituem a história que podemos chegar a uma compreensão satisfatória. Nesse sentido, pode-se entender a importância deste tema não apenas para a historiografia, mas para pensarmos em um mundomais humano, com menos hierarquias, preconceitos, discriminações e, sobretudo, com menos violência e dominação de um sujeito sobre outro.

lo hicimos. Dada la relación entre el hijo y la madre parece que por ley y derecho a ella le corresponde casi todo, y es lo que pasaba generalmente.

¹⁹ Tanto en el ERP como en Montoneros podemos reconocer una activa participación de las mujeres que, en el marco de la militancia, rompieron con los papeles tradicionales que las relegaban al ámbito doméstico, para participar conscientemente en la vida pública y política.

Bibliografía

ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de las clases populares en la Argentina (1880-2003)*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos *et al.* *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp, 2004.

BELEJ, Cecilia; HUERTA, Silvia Escanilla; MARTÍN, Ana Laura; SILVEIRA, Alina. Muestra gráfica mujeres en acción. Política y feminismos en la década de 1970. In: DOMINGUEZ, Nora *et al.* *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 524-531.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997.

DESTUET, Graciela; VALLE, María Rosa. La visibilidad de lamujerenlacreación política. In: DOMINGUEZ, Nora *et al.* *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 407-432.

GÓMEZ, María Rosa (Org.). *Memoria de mujeres: relatos de militantes, ex presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. p. 28 (CUADERNOS DE LA MEMÓRIA, 5) Disponível em: <http://www.dirdocumentacion.com.ar/repo/modulos/buscador/documentos/cuadernos5_MemoriasDeMujeres.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

NOGUERA, Ana. La participación de las mujeres en la lucha armada. Córdoba, Argentina, 1970-1973. *TALLER - Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*, Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 9-22, jul. 2013. Disponível em: <<http://tallersegundaepoca.org/taller/article/view/72>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PASQUALI, Laura. Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla. *Revista Temas de Mujeres*, Tucumán, n. 4, p. 49-75, 2008. Disponível em: <<http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/temasdemujeres/article/view/23>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

POZZI, Pablo A. Una persona entregada encuerpo y alma a larevolución ¿quiéneseranlosguerrillerosdelprt-erp de argentina?. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História: Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.2, p. 101-121, 2009. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/search/titles?searchPage=3>. Acesso em: 15 jul. 2016.

REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, D. *et al.* *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 363-393.

ROCHA, Marina Maria de L. *Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República: os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho de 1975 - março de 1976)*. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Filosofia) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/td/1479.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.